



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 47/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 22/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA TRANSPORTE DE CARGA SECA.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo prefeito Martins Dias de Oliveira, que também autorizou a abertura de processo licitatório para a contratação.

Ao processo estão anexados 03 (três) orçamentos, atestado de dotação orçamentária, Edital e Termo de Referência e Minuta do Contrato.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer refere-se a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

A justificativa para a contratação é o atendimento à demanda de todos os serviços e atividades desempenhadas pelas secretarias e departamentos da prefeitura.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a locação de caminhão para o transporte de carga seca, através de pagamento de quilômetros utilizadas (30.000KM). O Edital reza que as quantidades constantes no ANEXO I são estimativas, logo, não obriga a administração á aquisição total das horas licitadas. (Edital Item 2.2).

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições".

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de horas no total de 30.000 km a serem adquiridos, mas não a efetiva quantidade que será utilizada, haja vista



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

que que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbram-se situações que possam resultar em alterações, o que justifica o registro de preços.

Cabe à administração providenciar a descrição do objeto pretendido na licitação com sua adequada caracterização e de todos os respectivos atributos. A indicação e definição exata do objeto licitatório é requisito de validade ou condição deste procedimento.

A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara", e continua:

No caso concreto, o objeto não define exatamente as dimensões e quantidade de eixos do caminhão e ano do veículo, de maneira que possíveis interessados podem não concorrer em razão da imprecisão na descrição do objeto.

A minuta do Contrato não trata da exclusividade do veículo para com a prefeitura, fazendo presumir que o veículo não está sendo locado em caráter de exclusividade e sim por quilômetro rodado.

O Edital e Minuta do Contrato especificam que a manutenção e condutor correrão por conta da contratada, porém são omissos em relação à exigência de seguro do veículo e do condutor, bem como em relação ao abastecimento. O Contrato deve definir se o abastecimento do veículo contrato correrá por conta do contratante o da contratada, para evitar que ocorra o duplo pagamento, por mais que seja presumível que o quilômetro rodado inclui o abastecimento.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações. No entanto, o processo licitatório deve seguir os ditames legais, sendo, portanto, necessário sanar as irregularidades apontadas. Sendo que para o prosseguimento é imprescindível as adequações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

CONCLUSÃO:

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo, ressalvado no contexto, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 27 de setembro de 2021.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

